

A mentira do imperialismo. Notas para ler *Dias na Birmânia* de George Orwell

Homero Santiago¹⁶

Resumo: Propomos alguns esquemas para a leitura do primeiro trabalho ficcional de George Orwell, *Dias na Birmânia*, publicado em 1934. Ainda que o nome desse autor esteja inexoravelmente vinculado ao tema do totalitarismo, que serviu de matéria para as suas últimas e mais conhecidas obras, como *Fazenda dos animais* e *1984*, parece-nos possível identificar já no romance de 1934 alguns aspectos que se tornarão cruciais para a dissecação orwelliana do fenômeno do totalitarismo, especialmente o uso sistêmico da mentira e o modo como a destruição da verdade e da assim chamada realidade objetiva prepara e alimenta o fenômeno de uma servidão que pode ser entendida como voluntária. Ora, ao perceber que em *Dias na Birmânia* o Império Britânico é compreendido e apresentado fundamentalmente como um sistema da mentira que envolve e corrompe não somente os colonizados como os próprios colonizadores, será possível desvendar uma relação profunda e secreta entre imperialismo e totalitarismo.

Palavras-chave: George Orwell; Mentira; Imperialismo; Totalitarismo.

THE LIE OF IMPERIALISM
READING GEORGE ORWELL'S BURMESE DAYS

Abstract: We want to propose some schemes for reading George Orwell's first fictional work, *Burmese days*, published in 1934. Even though this author's name is inexorably linked to the theme of totalitarianism, which served as material for his last and best-known works, such as *Animal farm* and *1984*, it seems possible to already identify in the 1934-novel some aspects that will become crucial for the orwellian dissection of the totalitarian phenomenon, especially the systemic use of lies and the way in which the destruction of truth and the so-called reality objective prepares and feeds the phenomenon of servitude that can be understood as voluntary servitude. So, realizing that

¹⁶ - É professor do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP; autor, entre outros, de *Entre servidão e liberdade* (2019); OrCID: 0000-0002-0610- 9; pesquisador CNPq; e-mail: homero@usp.br; a redação deste texto contou com o apoio da Fapesp, processo 2018/19880-4.

in *Burmese days* the British Empire is fundamentally understood and presented as a system of lies that involves and corrupts both natives e colonizers, it will be possible to uncover a deep secret relationship between imperialism and totalitarianism.

Key-words: George Orwell; Lie; Imperialism; Totalitarianism.

Pode-se ler a obra de George Orwell como um incessante combate à mentira e, por consequência, incansável esforço de estabelecimento e defesa da verdade; uma operação dual que o escritor pretende elevar ao plano artístico. Ao menos é assim que o próprio, em 1946, explicita seus objetivos:

O que mais desejei fazer nos últimos dez anos foi transformar a escrita política em arte. Meu ponto de partida é sempre um sentimento de proselitismo, uma sensação de injustiça. Quando sento para escrever um livro, não digo a mim mesmo: "Vou produzir uma obra de arte". Escrevo porque existe uma mentira que pretendo expor, um fato para o qual pretendo chamar a atenção, e minha preocupação inicial é atingir um público. (Orwell, 2020b, p. 28-29)

Alguém ajuizaria estarmos diante de um artista pouco inventivo, satisfeito com a razão miúda dos fatos, um reles campeão de verdades malbaratadas; e se tivermos em conta que boa parte da obra orwelliana é constituída de textos documentais, parece pronto o quadro de um caso em que o empenho (por meritório que seja) teria tomado a dianteira com relação à arte. Até certo ponto, nem precisamos excogitar um leitor maledicente a emitir tais opiniões; Orwell mesmo, verdade seja dita, opõe as figuras do literato e do panfletista, metendo-se nas vestes deste, ainda que ressaltando que só premido pelos imperativos da época tenha priorizado militar com a escrita.

Numa época de paz, poderia ter escrito livros floreados ou meramente descritivos e ficado quase alheio a minhas lealdades políticas. De qualquer forma, fui forçado a me tornar uma espécie de panfleteiro. (Orwell, 2020a, p. 25-26)

Que o seja! Mas que panfletos! Não nivelemos por baixo o teor das palavras de Orwell: o empenho se concretiza por uma escrita francamente política a ser alçada ao plano de obra de arte. E realmente foi. Ele criou uma fórmula incomum e bastante exitosa (foi um dos autores mais influentes do século XX) de intervir no mundo por meio de produções literárias admiráveis.

Desse ponto de vista, o centro nervoso da obra de Orwell, ou melhor, o ponto que confere inteligibilidade ao todo parece-nos residir em sua experiência de miliciano antifranquista na Guerra Civil espanhola. Ele parte para a Espanha em 1936, combinando os propósitos de conhecer *in loco* a situação e produzir mais um título na já testada linha de documentários (*Na pior em Paris e Londres*, de 1933, e *O caminho de Wigan Pear*, então já terminado e que viria à luz no ano seguinte), além de dar vazão ao ardor moral de lutar pela liberdade e combater na prática os seus inimigos (como confessa, se matasse um único fascista tudo já teria valido a pena¹⁷). A centralidade que Orwell atribuirá doravante àquela experiência não pode ser exagerada; no texto de 1946 há pouco citado, ele patenteia a inflexão em sua obra: tudo que pretendeu fazer depois, era devido ao que vira e vivenciara na Espanha. Ali ele fez a experiência da mentira como arma política de uma maneira até então inédita; não somente um elemento manipulável entre outros, mas a mentira forjada industrialmente e feita circular com o objetivo de elaborar uma ficção (uma “narrativa”, talvez se dissesse hoje) que sirva ao poder. Orwell experimenta *in loco* e em primeira mão o incubamento de um portentoso *sistema da mentira*, o qual, por sua vez, é contemporâneo de um *novo tipo de poder* insuflado e sustentado justamente pelas mentiras mais deslavadas.

Esse poder umbilicalmente ligado à mentira é aquele cujos primeiros indícios e rápida maturação Orwell reconhece no governo republicano espanhol que, sob a influência cada vez maior do poder soviético, desencadeia uma campanha de difamação e perseguição de anarquistas e trotskistas, tornando-se de pouco em pouco tão tirânico (um regime que controla, acusa, persegue, sequestra, prende, tortura, executa) quanto o franquista, ou coisa ainda pior. Num ensaio publicado entre julho e setembro de 1937, ao analisar a situação da Espanha e particularmente a campanha do governo republicano contra antigos companheiros de luta, o autor faz uma constatação alarmante.

Até há alguns meses, os anarco-sindicalistas eram descritos como “trabalhando lealmente” ao lado dos comunistas. Depois, os anarco-sindicalistas foram defenestrados do governo; depois, parecia que não estavam mais trabalhando tão lealmente; agora, estão no processo de se tornarem traidores. [...]

¹⁷ “Quando ingressei na milícia, prometi a mim mesmo matar um fascista — afinal de contas, se cada um de nós matasse um, logo estariam extintos” (Orwell, 2021b, p. 220).

E assim o jogo continua. O fim lógico é um regime em que todos os partidos e jornais de oposição sejam cassados e todos os dissidentes de alguma importância estejam na cadeia. É claro que este regime será o fascismo. Não será o mesmo fascismo que Franco imporia, será até mesmo melhor do que o fascismo de Franco, na medida em que vale a pena lutar por ele [*worth fighting for*], mas será um fascismo. Apenas, ao ser operado por comunistas e liberais, será chamado de alguma outra coisa. (Orwell, 2021b, p. 300)

Surpreendentemente, George Orwell tromba, por sua conta e risco, com o tradicional problema da servidão voluntária sendo encenado em terras ibéricas e, como logo se saberá, prestes e alastrar-se pelo mundo sob o nome de *totalitarismo*. Ele compreende que, numa estupenda reviravolta, um revolucionário estado de coisas pelo qual “valia a pena lutar” ia tornando-se um mal disfarçado fascismo pelo qual “vale a pena lutar”;¹⁸ se quisesse poderia pastichar uma bem conhecida fórmula do *Tratado teológico-político* de Espinosa, afirmando que o segredo do governo republicano está em burlar de tal forma os homens que eles combatam pela servidão como se lutassem pela liberdade.

Nada mal para um reles panfleteiro declaradamente pouco afeito a teorias e abstrações. Mas ele não para por aí, pois vai tateando uma hipótese explicativa para essa aberração: a servidão pela qual vale a pena lutar torna-se possível no interior de um sistema da mentira ocasionado pela ação de um tipo particular de poder que, começando por obnubilar a percepção dos fatos, termina destruindo completamente a verdade e a realidade objetiva, a própria possibilidade de uma história e de uma humanidade livre. Desde 1936, Orwell está convicto que algo novo está surgindo e ele se põe a meditar sobre isto. Tal é o impacto da descoberta, que ele chega a comentar com um amigo que “a História parou em 1936” (Orwell, 2021b, p. 267); a marca da descoberta será indelével, reorientando a sua obra: “o que vi por lá perturbou-me tanto que falo e escrevo sobre isso para todo mundo” (Orwell, 2021b, p. 321).

A história para porque um novo fascismo, terrivelmente aperfeiçoado, está surgindo; mais que isso, a história para porque se torna impossível; no

¹⁸ O contraponto muito preciso que estabelecemos provém da passagem em que Orwell conta o seu deslumbre ao desembarcar em Barcelona e encontrar uma cidade revolucionada em que os garçons não aceitam gorjetas, o “você” substituiu o “senhor”, e assim por diante. “Tudo isso era estranho e emocionante. Havia muita coisa que eu não compreendia, e de muitas delas de certa forma nem gostava, mas reconheci imediatamente que era um estado de coisas pelo qual valia a pena lutar [*worth fighting for*].” (2021b, p. 21)

âmbito daquilo que Orwell começará a denominar “totalitarismo” está o expediente da supressão do verdadeiro e a consequente impossibilidade da história devido à destruição da memória, da linguagem, da realidade e da própria humanidade; consequências terríveis que nos são desveladas em *1984*, onde igualmente a história, numa infernal repetição do caso espanhol, parará.¹⁹ Acompanhemos por um momento a argumentação do autor em um outro texto – de 1943 e também dedicado à experiência espanhola – que tem o mérito de patentear a conexão entre todos esses temas.

Esse tipo de coisa [sc. o que ocorreu na Espanha] é aterrorizante para mim, porque sempre me dá a sensação de que o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo. Afinal, há possibilidades de que essas mentiras, ou em todo caso mentiras semelhantes, passem para a história. Sei que é moda dizer que boa parte da história oficial é mentira, de qualquer forma. Estou disposto a acreditar que a história é, em sua maior parte, incorreta e tendenciosa, mas o que é peculiar a nossa época é o abandono da ideia de que a história pudesse ser escrita com base na verdade. No passado, as pessoas mentiam deliberadamente ou enfeitavam inconscientemente o que escreviam ou esforçavam-se para chegar à verdade, sabendo muito bem que deveria cometer vários erros; mas, em cada caso, acreditavam que aqueles “fatos” tinham existido e eram, em maior ou menor grau, passíveis de serem descobertos. E na prática, havia sempre um conjunto considerável de fatos sobre os quais quase todo mundo estaria de acordo. (Orwell, 2021b, p. 269)

A grande novidade do totalitarismo não está em avançar mentiras; isso é coisa que sempre existiu – a disputa pelas palavras, pela narração dos fatos, etc. – e não haveria porque aterrorizar-se. A questão é outra. Por mais que se mentisse, outrora restava ainda a ideia de algo objetivo a ser escondido; na medida em que se pretendia esconder ou distorcer, a mentira envolvia uma relação com a verdade dos fatos. Agora é diferente; é a própria ideia de que algo acontece realmente, objetivamente que se vai esvanecendo. Sobram somente interpretações, narrativas e nada mais; um mundo de puros simulacros que, no fundo, são simulacros de nada. Daí esta frase de *1984* tão impressionante quanto esclarecedora do que seja o novo tipo de mentira (se ainda quisermos usar a velha palavra para nomear algo inteiramente novo)

¹⁹ No mundo de *1984*, vive-se somente um processo opressivo interminável que se arrasta minuto a minuto: “A história se interrompeu. Nada existe além de um presente interminável no qual o Partido sempre tem razão” (Orwell, 2021a, p. 204).

forjado pelo totalitarismo: “Quase todo o material com que lidavam ali era desprovido da mais ínfima ligação com o mundo real — faltava até o tipo de ligação contido numa mentira deslavada.” (Orwell, 2021a, p. 84) Palavras muito próximas das que descrevem o assombro de, na Espanha, ler notícias “que não guardavam nenhuma relação com os fatos, nem mesmo a relação implícita numa mentira corriqueira” (Orwell, 2021b, p. 267).

Com a verdade e a história, esfacela-se de maneira radical a possibilidade de compartilhamento de um mundo comum, de convivência; por consequência, também a política torna-se impossível pois não restam bases mínimas para a discussão, a deliberação e a concordância ou discordância argumentadas. Quando tudo vira ilusão, sobra como guia apenas a palavra do líder, o discurso do poder que faz e desfaz ao seu bel-prazer, como Orwell pressentiu na Espanha e se confirma pelos mecanismos nazifascistas.

A teoria nazista na verdade nega, explicitamente, que algo como “a verdade” exista. Não há, por exemplo, nada como a “ciência”. Há apenas a “ciência alemã”, a “ciência judia” etc. O objetivo implícito nessa linha de raciocínio é um mundo de pesadelo, no qual o Líder, ou alguma panelinha do poder, controla não só o futuro mas o *passado*. Se o Líder diz de tal ou qual evento: “Nunca aconteceu”, bem, então, nunca aconteceu. Se ele diz que dois e dois são cinco – bem, dois e dois são cinco. Esta perspectiva me assusta muito mais do que bombas. (Orwell, 2021b, p. 270)

Salientemos essas palavras de 1943 prenhes de um futuro tenebroso: quando o líder enuncia “dois e dois são cinco”, é assim. É deveras significativo que o totalitarismo fira de morte a matemática que sempre foi a prova viva de que os seres humanos são capazes de produzir o comum. É isto que o totalitarismo, por princípio, precisa destruir; não por acaso encontramos nessa reflexão sobre a Espanha e o totalitarismo o núcleo de 1984, sintetizado no objetivo final inculcar na cabeça de todos a “misteriosa identidade entre cinco e quatro” (Orwell, 2021a, p. 304).

★

Tomamos a liberdade de propor um brevíssimo esboço de interpretação da obra inteira de Orwell para poder situar o posto do primeiro romance do escritor, que constitui nosso objeto, bem como salientar as suas conexões com o propósito geral da escrita do autor. Com efeito, o tema

profundo de *Dias na Birmânia*, romance terminado por volta de 1933 e publicado no ano seguinte, é a mentira do imperialismo, e ali já se apresentam alguns elementos marcantes de toda a obra de Orwell, tanto continuando o esforço documental já testado em *Na pior em Paris e Londres* quanto, e sobretudo, refinando o vincado talento orwelliano de “ficcional” a experiência vivida, desfiando-lhe os nós escondidos e preparando assim a sua inteligência.

George Orwell nasceu na Birmânia e ainda pequeno vai para a Inglaterra; forma-se numa das principais escolas do país, graças a uma bolsa de estudos. Diplomado, em vez de seguir o caminho natural da universidade, decide retornar às Índias e presta o concurso para o oficialato da polícia imperial. Ele fica na Birmânia por cinco anos, até que em 1927, de licença na Inglaterra, resolve abandonar o posto e tornar-se escritor. A experiência no Oriente fornece a matéria-prima de *Dias na Birmânia* e de outros textos do jovem Orwell, que assim veio a ocupar um capítulo importante nesse ramo da literatura britânica que é a literatura anglo-indiana.²⁰ O enredo é razoavelmente simples e não custa pincelá-lo em benefício dos que não leram o livro. Em um pequeno vilarejo birmanês, a vida gira em torno do clube inglês. Flory, empregado em uma madeireira, sofre a amargura de uma vida dissoluta e solitária, corrompida pela mentira e pelo imperativo de silenciar as suas opiniões. Ele odeia os seus pares europeus, odeia o imperialismo, mas nada pode dizer; tem como único amigo o médico local nativo, cuja destruição é desejada por um juiz corrupto também nativo. Flory conhece Elizabeth e sonha em casar-se com ela, superando a solidão; porém, os gênios são incompatíveis: ao passo que ele realmente admira a Birmânia e os birmaneses, Elizabeth fica horrorizada com a simples ideia de convivência com os locais. O protagonista torna-se vítima do plano que visa destruir a reputação de seu amigo médico e, finalmente, vê seu plano de casamento evaporar; desesperado pela perspectiva de continuar a mesma vida modorrenta, suicida-se.

²⁰ Para um panorama, ver Baneth-Nouailhetas, 1999. Convém esclarecer que o termo “anglo-indiano” refere-se aos ingleses (e britânicos em geral) que fazem a vida nas Índias britânicas, seja no Serviço Imperial seja em negócios privados. A fórmula nada tem a ver com mestiçagem, pelo contrário remete a uma cultura própria e orgulhosa de servir à metrópole nas mais inóspitas condições preservando a sua pureza de sangue e de caráter; o lema do grupo, como nos ensina Orwell (2018, p. 181) pela boca de seu protagonista, diz tudo: “Na Índia, como os ingleses”.

Frequentemente, o primeiro romance de Orwell é considerado um livro literariamente mal resolvido e um fracasso político. Deixemos de lado o primeiro aspecto para enfatizar o segundo. A tese da falha política descansa em um pressuposto que é mais ou menos o seguinte: ao trabalhar a sua experiência birmanesa, Orwell teria desejado produzir algo como uma denúncia do imperialismo britânico. É como tal que o livro fracassa. Se o imperialismo e os imperialistas são diabolizados por Flory, somente o são na medida em que acarretam o sofrimento psíquico do jovem que descobriu a falta de sentido de uma vida regada a uísque e cercada de serviçais e prostitutas; o ódio ao Império confunde-se inclusive ao ódio a si, ao ponto de produzir efeitos literários duvidosos, como quando Flory se estapeia e insulta, o desejo de purgar-se beirando o pastelão: “Patife, patife covarde [...] Covarde, vagabundo, bêbado, fornicador, patife cheio de autopiedade!” (Orwell, 2018, p. 78). Ora, como mais de um estudioso observou, politicamente isso não vai longe; o imperialismo ganha a forma, antes de tudo, de um drama psicológico, sem nenhuma consideração mais profunda. Para piorar, como também notado, chama a atenção a quase completa ausência de um ponto de vista nativo na obra. A ação gira em torno do clube inglês, as paisagens, os acontecimentos, as atitudes, são-nos apresentados pelo prisma do colonizador; não existiria análise da psicologia dos birmaneses, praticamente inexitem menções aos movimentos de resistência à colonização que naquele momento já eram vigorosos – esse aspecto ressalta tanto mais quando se compara *Dias na Birmânia* a *Uma passagem para a Índia*, obra de E. M. Forster publicada dez anos antes e centrada na tensão entre ingleses e indianos.

A nosso ver, o problema geral de avaliações desse tipo e a identificação dos pretensos “defeitos” da obra dependem amplamente do pressuposto há pouco mencionado, segundo o qual, reiteremos, *Dias na Birmânia* destinava-se a constituir uma denúncia do imperialismo, um libelo anticolonial. Ora, é isso mesmo que nos parece duvidoso. A pretensão da narrativa não é fornecer o relato do sofrimento psíquico de um jovem anglo-indiano nem constitui um dossiê sobre as perversidades e mazelas do imperialismo; ainda que isso surja aqui e ali, isso não constitui a essência da obra; arriscamos até pensar que, se o fosse, o romance pouco interesse teria, não mais que o da chuva que caia no molhado, hoje que a condenação *in toto* do imperialismo e do colonialismo tornou-se uma opinião consensual. Frisemos bem a nossa posição: a intenção de Orwell foi apresentar, sob a forma literária do romance, a sua descoberta do despotismo colonial; no

limite, elaborar literariamente a compreensão da natureza ou essência do imperialismo, seu funcionamento e seus efeitos. Esse aspecto cognitivo do romance emerge diretamente da capacidade orwelliana de refletir sobre a própria experiência, elevando-se à compreensão da natureza do sistema que a determinou. É um aspecto claramente indicado, ao relatar a sua estada na colônia, e que precisa ser levado a sério: “o trabalho na Birmânia me dera um entendimento da natureza do imperialismo” (Orwell, 2020b, p. 26).²¹

Nem drama psicológico de tintas autobiográficas nem libelo anticolonial, *Dias na Birmânia* funciona como uma espécie de estudo do que seja o imperialismo britânico, a saber, um sistema baseado na mentira. Nesse sentido, o realismo – qualquer que seja – deve ceder espaço ao esforço de dar a compreender, um pouco como em texto geométrico o distanciamento do dado ajuda a melhor entender as suas condições. Com isso, descobrimos que o imperialismo britânico é um sistema da mentira porque esta o constitui; é o seu elemento universal (presente em todos os seus meandros) e capaz de manter em bom funcionamento a máquina imperial, impondo-se sobre colonizadores e colonizados, a colônia e a metrópole, e substituindo inclusive o recurso à força bruta – o exército está lá como caução, mas o ideal é que não seja usado. A dominação torna-se assim tanto mais eficaz quanto mais suave e adocicada,²² por obra da mentira que agrada, embriaga e entorpece, como um bom drinque. No plano literário, a figuração desse elemento que domina e mantém o domínio, constituindo a essência do imperialismo, é o *álcool*.

Claro que é o álcool que mantém essa máquina em funcionamento. Não fosse por ele, todos enlouqueceríamos e sairíamos matando uns aos outros em uma semana. [...] O álcool como o cimento do Império. (Orwell, 2018, p. 50)

★

²¹ Ver também: “ele [sc. Flory] foi percebendo a verdade sobre os ingleses e seu Império. O Império Indiano era um regime despótico” (Orwell, 2018, p. 85); “um incidente insignificante, mas que me deu uma ideia melhor da verdadeira natureza do imperialismo – dos verdadeiros motivos pelos quais governos despóticos agem” (Orwell, 2020a, p. 61).

²² “Os nativos chamam o sistema britânico de *Sakar ki Churi*, a faca de açúcar. Isto é, não há opressão, é tudo suave e doce, mas é uma faca, ainda assim.” Essas palavras de Dadabhai Naoroji (1825-1917), o “grande ancião da Índia”, são citadas por Sandra Guardini Vasconcelos (2005, p. 9). Sobre a suavidade ou leveza da dominação, ver à frente, nota 15.

“Apesar de todo o uísque que tomou no Clube, Flory dormiu pouco naquela noite.” (Orwell, 2018, p. 77) Eis o significativo início do capítulo que reconstitui a trajetória de Flory, desde a chegada à Birmânia, aos 19 anos, passando pela esbórnia de bebedeiras e prostitutas, o envelhecimento precoce, o paulatino dano ao espírito acarretado pela insinceridade e solidão, o ódio dirigido aos compatriotas e ao Império. “É um mundo sem ar, estupidificante”, no qual “cada homem branco é mais um dente da engrenagem do despotismo”.

Ao final de algum tempo, o esforço para manter sua revolta em silêncio acaba por envenená-lo como uma doença secreta. Toda a sua vida se transforma numa vida de mentiras. Ano após ano você frequenta os pequenos Clubes assombrados por Kipling, copo de uísque à direita, o último número do *Financial Times* à sua esquerda. (Orwell, 2018, p. 86)

Essa passagem capital nos remete ao centro de inteligibilidade de *Dias na Birmânia: a tríade do imperialismo*, que merece uma consideração detida.

O enredo do livro gira em torno do Clube Europeu e isso não é casual. Na Índia britânica, cada vilarejo tem o seu clube; no conjunto, formam uma das instituições centrais da vida dos anglo-indianos, um dos poucos lugares onde podem realmente sentir-se em casa, ingleses entre ingleses, ler as últimas notícias, debater os grandes temas. “Fortaleza inexpugnável”, “cidadela espiritual”, para usar palavras de Orwell, o clube é uma instituição política única, pois faz as vezes de esfera pública nas colônias, o único espaço de convivência que não era nem criado nem administrado pelo Serviço Imperial ou pelo exército (cf. Sinha, 2001). Ora, esses clubes, frequentados por anos a fio, assim nos é contado, são assombrados pela figura de Rudyard Kipling, o mais famoso autor inglês da virada do século XIX ao XX, vencedor do Nobel de literatura de 1907; maior expoente da “literatura colonial”, “o profeta do imperialismo britânico em sua fase expansionista”, o define alhures Orwell (1968b, p. 186). Como nenhum outro, o excepcional criador dos *Livros da selva* e de Mowgli soube forjar com sua obra um ideário para o imperialismo, apresentando-o à guisa de empreendimento civilizatório em que os esforços filantrópicos dos “brancos” são testados nos limites da benfeitoria abnegação.

Tomai o fardo do Homem Branco –
Envia teus melhores filhos
Vão, condenem seus filhos ao exílio
Para servirem aos seus cativos;

Para esperar, com arreios
 Com agitadores e selváticos
 Seus cativos, servos obstinados
 Metade demônio, metade criança. (Kipling, 1899)

Lidos por olhos hodiernos, esses versos da primeira estrofe do mais famoso poema de Kipling, já nem soam horripilantes, apenas exalam a mais ridícula desfaçatez. Acontece que o nosso atual desprezo não muda em nada o significado e a força de um peça que, graças ao talento de seu autor (que o lobinho imperialista Mowgli ainda nos entretenha, índice seguro desse talento), ao seu tempo desempenhou um papel crucial na difusão de certa visão do imperialismo, conquistando muitos corações bem-intencionados. Kipling era cultuado nos altares dos clubes ingleses na Índia, ele que se confessava grande tributário dessas instituições,²³ pela mesma razão que fazia as vezes de “deus lar (*household god*)” em cada casa de classe média, especialmente as anglo-indianas (Orwell, 1968a, p. 159), e conhecia um prestígio sem igual entre os militares britânicos nas colônias (Kipling, 2001, p. 1059); cultor assumido das tradições e da ordem social, da hierarquia entre as raças e as classes sociais – meus “vícios imperialistas”, que adoram criticar a cada publicação minha, como jocosamente assumiu (Kipling, 2001, p. 1099); esse campeão do *status quo* foi o “profeta” do expansionismo britânico pela boa razão de ter oferecido à empresa colonial aquilo sem o que, irremediavelmente, ela não passaria de roubo puro e simples; Kipling deu ao imperialismo uma *ideia*²⁴. Uma noção, uma compreensão que evite as dúvidas, compense os sacrifícios e guie com firmeza as ações, justificando-as, inclusive as mais brutais, pelos seus fins mais nobres, a saber, elevar à civilização as grandes faixas do planeta em que grassa a selvageria e a gente, “metade demônio, metade criança”, que vive, ou antes sobrevive à margem do progresso. Kipling é o genial elaborador do *imperialismo-ideia*, que de uma forma ou de outra, precisa estar inculcado na cabeça de cada anglo-indiano e

²³Tratando de sua juventude, pondera ele: o clube “constituía para mim a totalidade do mundo exterior”; “as circunstâncias de minha vida me tornaram fortemente tributário dos clubes com vista a meu bem-estar espiritual” (Kipling, 2001, p. 995, 1055).

²⁴ Utilizamos aqui o termo *ideia* no sentido em que surge em uma passagem de Conrad (2008, p. 15): “A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que têm a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais chato que o nosso, nunca é uma coisa bonita quando a examinamos bem de perto. Só o que redime a conquista é a ideia. Uma ideia por trás de tudo; não uma impostura sentimental mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia – uma coisa que possamos pôr no alto, frente à qual possamos nos curvar e oferecer sacrifícios...”

de cada nativo para que o sistema colonial funcione bem. É justíssimo, pois é seu lugar de honra em cada clube inglês no Oriente.

O segundo elemento da tríade do imperialismo é o *lucro*, os negócios simbolizados pelo *Financial Times*, o “mensageiro” da *City* londrina, fundado em 1888, no auge do Império Britânico. Constatado isso, porém, uma questão é imediata: como conciliar o altruísmo, a ideia, e a pilhagem, o roubo, o lucro, os negócios coloniais, em suma? O problema não é pequeno nem pode ser deixado para lá. A associação entre lucro e filantropia civilizatória é uma exigência maior presente já no documento que se considera a certidão de nascimento do imperialismo moderno; ela é fundamental para que em pleno século XIX não se repita o barbarismo criminoso romano:²⁵ a ata da Conferência de Berlim de 1885, que reúne 14 países (além de europeus, EUA e Império Otomano) para negociar e oficializar uma partilha da África subsaariana. O principal ponto em discussão é o Congo, que acaba cedido à Bélgica em troca da liberdade de navegação pelos rios da região, facilitando assim imensamente os negócios. Poderia, contudo, ser essa a justificativa única para o esforço colonial? De modo algum. Os signatários da referida ata afirmam se terem reunido “em nome de Deus todo-poderoso” no intuito de estabelecer “as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África”, já que deveras “preocupados ao mesmo tempo com os meios de crescimentos do bem-estar moral e material das populações aborígenes” (VV.AA., 1885).

Se o leitor se sentir impelido ao riso, contenha-se. Apesar de Tim Maia (“quando a gente ama / não pensa em dinheiro”), não é impossível nem contraditória uma conciliação amorosa entre negócios, no caso livre-comércio, e esforço filantrópico. Os negócios existem e os ganhos são desejáveis, talvez inevitáveis, pois são eles que financiam o empreendimento; trata-se de uma lógica virtuosa cujos fundamentos são explicados candidamente pelo doutor Veraswami ao seu amigo Flory:

Enquanto os empresários ingleses desenvolvem os recursos do nosso país, os funcionários do governo britânico nos civilizam, nos elevam ao

²⁵ Ainda Conrad (2008 p. 14-15): os romanos “não eram colonos [...] Eles se apoderavam de tudo o que podiam, sempre que tinham a oportunidade. Era simples roubo, assalto à mão armada, latrocínio numa escala grandiosa, e esses homens o praticavam cegamente – como convém a quem investe contra as trevas.” Em resumo, faltava-lhes a ideia, o ideal que crava a diferença entre a mera pilhagem e o altruísmo civilizatório.

nível deles, por puro espírito público. É uma história magnífica de autossacrifício. (Orwell, 2018, p. 52)

O ideal encontra no material as suas condições de realização, ao passo que os negócios revestem-se da nobreza do altruísmo. É um perfeito ganha-ganha. Cada madeireiro na Alta Birmânia que põe abaixo uma árvore pode estar certo que o faz por excelentes razões; não fosse assim, as florestas restariam intocadas, sem proporcionar à população nativa os auspiciosos ganhos civilizatórios que só o interesse comercial possibilita – estradas, ferrovias, hospitais, cadeias, “a lei e a ordem”, “a inabalável Justiça Britânica, a *Pax Britannica*”, diz ainda o doutor (Orwell, 2018, p. 53). Em suma, o imperialismo-ideia definitivamente redime o que denominaremos *imperialismo-lucro*.

Se aquele leitor a que há pouco pedimos conter o riso retrucar que tudo não passa de estória para boi dormir, uma enfiada de mentiras, não o refutaremos; pelo contrário, tendemos a concordar com o diagnóstico, até porque é o do próprio protagonista de *Dias na Birmânia* que esbraveja várias vezes contra “a mentira de que só estamos aqui para melhorar a vida dos nossos pobres irmãozinhos negros, e não para roubar o que eles possuem”²⁶ (Orwell, 2018, p. 51). Sem embargo, convém desapressar o andor dos julgamentos fáceis. Convenhamos que a união virtuosa entre o bem-estar humano e o comércio não é mais aberrante que Mowgli, tanto que *mutatis mutandis* integra ainda o nosso correntio: não se vê privatização de bem público, até de um bem comum como a água, que não se alegue vir em “benefício” das populações; no inferno do capital – e o imperialismo é um estágio do capitalismo, ensinou Lênin – nada se faz sem a vênua das boas intenções. Quem esquece a ideia, sentir-se-á pecando por venalidade; quem esquece o lucro, recairá no idealismo bobo. Atenção! Os problemas só surgem quando esquecemos uma das pontas. Pelo contrário, as coisas precisam andar juntas, estar absolutamente combinadas, para que o sistema funcione bem na medida em que se possa *nele acreditar*. Ora, a responsabilidade por não nos deixar incorrer nesse erro toca ao último elemento da tríade: o *uísque*.

²⁶ Novamente, convém um esclarecimento vocabular: chamar um indiano de “negro” era um insulto descomunal, pois o iguala a um africano subsaariano; tanto que, por boa política, o Serviço Imperial proíbe o uso da expressão. Como explica o Sr. Macgregor, personagem que exprime a posição oficial do Império, “os birmaneses são mongóis, os indianos são arianos ou dravidianos, e todos eles são muitíssimo diferentes dos...” (Orwell, 2018, p. 39). A palavra asquerosa fica suspensa no ar.

Somente o *imperialismo-uísque* (claro que se bebe também cerveja, gim, conhaque; apenas tomamos *pro toto* a *pars* mais significativa) é capaz de cimentar a união, praticamente identificando – à guisa da “misteriosa identidade entre cinco e quatro” que aduzimos acima – o lucro e a ideia, a pilhagem e a civilização. Mal comparando, como Descartes disse certa vez que a união substancial, teoricamente inconcebível, torna-se razoável desde que não pensemos nela e somente a vivenciemos, digamos que basta bebermos para que o imperialismo esbanje coerência e altivez.

Conviver, beber: “trata-se de uma “necessidade política”, explica Flory, pois é “claro que é o álcool que mantém essa máquina em funcionamento” (Orwell, 2018, p. 50). E efetivamente, em *Dias na Birmânia*, bebe-se muito e a toda hora, antes do café da manhã, após o almoço, ao fim da jornada comercial, durante o jantar, antes de dormir; bebe-se para suportar o calor e a vida no exílio indiano, bebe-se sobretudo para acreditar. É significativo que o copo de uísque, no quadro que nos dá a tríade do sistema, ocupe o nobre lado direito, simbolizando, muito cristãmente, a misteriosa extensão do poder de Deus-pai, em um caso de quase substituição. “Que civilização a nossa, uma civilização sem Deus, baseada no uísque [...]! Deus tenha piedade de nós, porque todos fazemos parte dela”. (Orwell, 2018, p. 42)

O álcool remete ao problema central da *crença* na mentira que sustenta o sistema. À guisa de modelo compreensivo, vale por seus efeitos: a percepção alterada, a mente turbada, o entorpecimento que fomenta a credulidade. Daí a sua máxima importância, a ponto de ser dito o “cimento” do Império. O que seria uma mentira que não fosse acreditada por ninguém? Um artifício espúrio que não funciona, senão à base da coerção. Ora, o álcool docemente ocasiona a crença sincera no que é, literalmente, incrível; pode assim estar na base de uma mentira sistêmica e anônima que, contas feitas, prescinde até de mentirosos. O bêbado não mente quando conta as suas lorotas nem falha nos gestos mais simples, pois ele acredita no que fala, acredita francamente no que vê, e quem acredita numa ilusão acredita verdadeiramente; logo, está longe de ser um mentiroso ou um ilusionista; ainda que a ilusão, a percepção deturpada, a mentira, se se quiser, realmente existam. Em suma, em *Dias na Birmânia*, o imperialismo-uísque nos dá a figuração literária do modo de compreender um sistema da mentira peculiar, pois que aparentemente não carece de mentirosos, podendo ser ampla e sinceramente acreditado. Sem malignidade; quero dizer, por colonizados e por colonizadores.

Um exemplo basta para demonstrar esse aspecto. Em certa passagem, Ellis – um inglês troglodita que despreza e odeia com toda força os nativos – é ou sente-se provocado por alguns estudantes birmaneses; ato contínuo, agride-os, e com um golpe de bengala cega um dos meninos; em revide, ele é atacado em bloco pelos jovens, até ser salvo por seus empregados. Não é claro no texto até que ponto a hostilidade partiu dos estudantes ou Ellis é que a assim imaginou, afinal era o que esperava, o que desejava para externar a sua raiva. O fato é que, em seguida, na delegacia, a versão do inglês (ter sido atacado gratuitamente) será sustentada pelos criados que isentam o patrão e culpam inteiramente os estudantes. Nisso vem o cirúrgico comentário do narrador: “é provável que Ellis, justiça seja feita, acreditasse que essa era a versão verdadeira dos fatos” (Orwell, 2018, p. 298). Eis o ponto: se *Dias na Birmânia* é mais que um mero dossiê de maldades imperialistas, é porque Orwell conseguiu compreender e figurar literariamente que ali interessavam bem menos os fatos nus que as coisas conforme percebidas e acreditadas por pessoas como Ellis; rigorosamente, ele não está mentindo, pois *acredita de verdade na mentira* e isso basta para justificar os seus atos.²⁷

*

Uma mentira desacreditada de nada vale; por isso, os meios de acreditação do falso são fundamentais para a consolidação de um sistema da mentira. No caso de *Dias na Birmânia*, a investigação desse aspecto passa, em primeiro lugar, pela análise das relações entre os principais personagens do romance e a substância etílica onipresente. Daí surge variegado quadro das maneiras como, sob o imperialismo, vive-se, sofre-se e faz-se sofrer, colonizadores e colonizados. Sem pretender à exaustividade, esboçemos apenas esse quadro, o suficiente para demonstrar o seu interesse.

Dissemos que o clube europeu é o centro da narrativa; ora, acrescente-se: também é, *of course*, o centro de recepção e consumo de bebidas, e onde os sócios encontram o cobiçado gelo (o que pode representar melhor o brio,

²⁷ Esse aspecto de crença “sincera” na mentira é também identificado por Orwell ao tratar das falsificações que, na União Soviética stalinista, foram armadas contra Trotski. Quando levamos em conta a sofisticação dessas falsificações, argumenta, “não dá para achar que os responsáveis estavam apenas mentindo. O mais provável é estarem convictos de que a versão deles efetivamente ocorreu aos olhos de Deus, justificando o rearranjo dos documentos nesse sentido.” (Orwell, 2020c, p. 127.)

o engenho, a exclusividade do cidadão inglês, senão o esforço sobre-humano de manter-se “gelado” no calor birmanês!). Mais que espiritual, ou por isso mesmo, o clube é uma cidadela ética cujo estado de constante embriaguez ecoa o ideário imperial, a ideia, ao mesmo tempo que todos se empenham em quanto podem lucrar. Os britânicos destarte vivem tranquilamente, tão entorpecidos quanto Ellis. A não ser quando o álcool deixa de gerar seu efeito lenitivo. É a desgraça de Flory.

Após a compreensão da “natureza do inferno reservado aos anglo-indianos” (Orwell, 2018, p. 89), isto é, uma vida afundada na mentira, o que resta a Flory é beber. Em grande quantidade e o tempo todo. Quando o criado lhe traz certo dia o café da manhã, ele é direto: “Não quero comer nada. Leve de volta essa porcaria e me traga um uísque.” (Orwell, 2018, p. 65) É uma maneira de se sentir melhor e suportar os dias. Os problemas se aguçam quando a bebida começa a mostrar limites. Retomemos o início do capítulo 5 acima referido: apesar de todo o uísque, Flory não consegue dormir. Da mesma forma, após uma queda do cavalo, recolhe-se a casa e pede uma garrafa de uísque, a qual todavia não lhe cai bem (Orwell, 2018, p. 270). Antes de comparecer ao clube para defender o amigo médico, “ele tomava gim o tempo todo, mas nem mesmo a bebida agora o distraía” (Orwell, 2018, p. 276). Flory descrê do sistema, não consegue (embora o quisesse muito) crer na ideia, e assim a vida se torna insuportável; a descrença, a covardia, a frustração dos planos de casamento; sem o alívio do álcool, o suicídio faz-se inevitável.²⁸

Do lado dos nativos, o álcool desempenha o mesmo papel; com consequências bem mais interessantes, porém. Para começar, façamos uma correção na ideia acima exprimida de um sistema da mentira sem mentirosos. Na verdade, há um grande mentiroso no romance, justamente o único abstinente e aquele que acaba se dando bem no desfecho da história. U Po Kyin é um juiz corrupto que não bebe e não acredita nas balelas europeias, mas lucra muito, muitíssimo, servindo fielmente o Império Britânico, que cedo na vida ele decidira parasitar. Em vez de entorpecida, sua mente não para de funcionar; ao contrário dos ingleses, que parecem jamais pensar e disso se

²⁸ Seria deveras interessante um cotejo entre a relação com o álcool de Flory e a de Winston Smith em 1984. Este, a certo momento, deixa de beber gim porque “o processo de viver deixara de ser intolerável”; ao final, após a conversão forçada a que é submetido, volta a beber: “Era a sua vida, sua morte e sua ressurreição. Era o gim que todas as noites o fazia mergulhar no estupor, e era o gim que todas as manhãs o reanimava.” (Orwell, 2021a, p. 200, 347)

orgulham, ele pensa o tempo todo, e seus êxitos provêm precisamente da capacidade de manipular os colonizadores pois, sabendo como funciona a “mentalidade europeia” (Orwell, 2018, p. 167), arquiteta mentiras absolutamente críveis e eficazes.

A contraparte de U Po Kyin é o Dr. Veraswami. Trata-se de um personagem às vezes cômico, quase caricato, como se deduz das palavras que dele já citamos: ele mantém uma “admiração apaixonada pelos ingleses”, no seu entender um povo de perfeitos cavalheiros que altruisticamente estão no Oriente à maneira de “tocheiros iluminando o caminho do progresso” (Orwell, 2018, p. 54).

O dr. Veraswami tinha inabalada pelas milhares de vezes que fora humilhado por eles. Defendia, com um empenho acentuado, que ele, na qualidade de indiano, pertencia a uma raça inferior e degenerada. Sua fé na Justiça britânica era tamanha que mesmo quando, na cadeia, ele surpreendia um açoitamento ou um enforcamento, e voltava para casa com o rosto negro desbotado num tom de cinza e se receitava uma dose de uísque, seu fervor não se abalava. (Orwell, 2018, p. 51-52)

Como aduzimos, muitos criticaram e criticam Orwell por ter ignorado em seu romance os esforços de resistência ao Império Britânico que na década de 30 já eram fortes. Com efeito, o que encontramos? Não mais que a menção de um jornaleco, intitulado *O patriota birmanês*, mal impresso e dado a falcatuas; nativos que, quando ocupam algum papel, são ou um esboço como U Po Kyin ou um tipo de pateta como o Dr. Veraswami. Não obstante, reiteremos nossa posição: isso seria indesculpável se Orwell quisesse compor um livro-denúncia do imperialismo; não o é, porém, na medida em que sua intenção é compreender o imperialismo. Ora, é exatamente dessa perspectiva que a figura do doutor ardentemente anglófilo e filo-imperialista, uma caricatura se se quiser – mas entendido que uma caricatura exagera aspectos reais só para que possamos melhor identificá-los –, é absolutamente fundamental. Falamos de um dos mais complexos personagens de Orwell, ao menos do ponto de vista das obscuras relações entre dominação, dominantes e dominados.

Como antes, é o consumo alcoólico que nos deve guiar. Dedicemos pois atenção às palavras há pouco citadas do médico. Para ele, e um pouco como devia pensar Kipling, simultaneamente à busca de lucros, os empresários ingleses trazem funcionários que civilizam a sua gente – “uma história magnífica de autossacrifício”, e que podemos assim equacionar, em nossos termos: o imperialismo-lucro é instrumento do imperialismo-ideia e

por ele se justifica. Ora, o que faz o doutor a cada vez que os fatos ofendem e contraditam essa certeza? Ele volta para casa e – sublinhemos os termos – receita-se “uma dose de uísque”, reacendendo o fervor em suas crenças – ou seja, o imperialismo-uísque refaz o cimento fendido entre os polos inconciliáveis. O doutor não é, ao contrário dos europeus, um bêbado; não é um corrupto abstêmio como U Po Kyin; ele trabalha muito, atende bem os seus pacientes; não rouba nada do hospital e cumpre as obrigações previstas; bebe medicinalmente para recobrar o “equilíbrio mental”²⁹ momentaneamente abalado, revigora *ad hoc* o torpor a fim de salvar os fenômenos da mentira do sistema, tal como um cientista faz com uma teoria que apresenta falhas pontuais. A saúde ou equilíbrio da mente só vem à custa de uma renovada dose de mentira; e no caso, muito precisamente, a farsa do *pukka sahib*.

Todo inglês é, por nascença, um excelente ou genuíno senhor (é a tradução de *pukka sahib*): virtuoso, honesto, um *gentleman* no sentido mais alto da palavra. No Raj Britânico, nenhum outro mito se impôs tão fortemente, a ponto de inscrever o domínio inglês na ordem das coisas e justificá-lo pela superioridade da cultura e do caráter. Em um estudo sobre o “mito” do *pukka sahib*, Praseeda Gopinath (2009, p. 201) faz uma observação aguda e para nós esclarecedora: “é tão poderoso que ambos, dominantes e dominados, acreditam em sua existência, mesmo quando a realidade o contradiz”. Ora, em uma circunstância de contradição, o que faz o doutor é beber, reentorpecer-se, chegando a desculpar, para um Flory atônito, até um brutamontes ignorante como Ellis, que confessa o genuíno desejo de espancar e matar todos os “negros”... pelo simples fato de ser inglês.

E lembre-se de como o cavalheiro inglês é um tipo nobre! [...] E mesmo os poucos deles que têm modos menos felizes – alguns ingleses são arrogantes, admito – têm as qualidades grandes e valiosas que faltam a nós, os orientais. Por baixo da sua aparência rude, eles têm um coração de ouro. (Orwell, 2018, p. 50)

O interesse da figura do Dr. Veraswami é nos sugerir os meandros do funcionamento de uma máquina despótica que se assenta menos na coerção bruta e pura do que na mistificação, na cultura, nas ideias quando estas se

²⁹ A expressão nós a tomamos diretamente de 1984, onde o problema de recobrar e manter o equilíbrio mental é crucial e só se resolve pela subserviência amorosa ao Grande Irmão.

tornam força material de dominação.³⁰ Desse ponto de vista, o caso do médico é paradigmático: ele serve não porque seja enganado (ao contrário, tanto percebe a realidade que precisa beber para reequilibrar as crenças), nem porque seja ignorante (é um médico e, além disso, um leitor voraz); estamos diante de algo como uma subserviência ativa, uma colaboração esclarecida. Para compreendermos a importância desse personagem e de tudo que nele está em jogo, façamos uma pequena digressão antes de concluir.

★

Na segunda metade do século passado, as lutas de independência se espalhavam pelos continentes africano e asiático e, por efeito, o interesse teórico no imperialismo recrudescera. Uma das perguntas fundamentais era: afinal, como explicar que o imperialismo europeu obtivera tanto êxito, por tanto tempo, sobre povos distantes e numericamente muito superiores? Se quisermos particularizar essa questão geral dirigindo-a ao caso que aqui nos concerne, não é fácil entender que bem menos de cem mil britânicos (entre militares, funcionários públicos e comerciantes) tenham conseguido submeter por um longo tempo e de maneira razoavelmente pacífica todo o subcontinente indiano, que incluía o que hoje é Índia, Paquistão, Mianmar e Bangladesch, e à época contava com centenas de milhares de nativos (os números constam de Said, 1995, p. 38, 42).

Grosso modo, esse é o problema geral que conduz Ronald Robinson a propor uma renovação da ideia de imperialismo. Para começar, ele faz uma distinção entre “velhas teorias do imperialismo”, que se assentariam sobre o tema da “grande ilusão” (os nativos deixavam-se dominar porque eram iludidos) ou da força bruta (deixavam-se dominar porque eram oprimidos), e as “novas teorias”. Estas, argumenta, têm por característica fundamental reconhecer a importância da mediação de grupos nativos com os colonizadores; sem isso, o domínio estrangeiro seria difícil, praticamente inconcebível. Trata-se, pois, de passar de uma concepção bipolar do imperialismo, em que primaria a necessidade de identificar e opor dominados e dominadores, vítimas e algozes, e somente tais grupos, a uma concepção mais complexa, segundo a qual se

³⁰ Somos tentados a dizer: uma dominação que age mediante o que o artista filipino Kidlat Tahimik chamou de *spams*, em sua formidável instalação na última Bienal de Arte de São Paulo intitulada: *Killing us softly... with their SPAMS...* (*Songs, Prayers, Alphabets, Movies, Superheroes...*).

deve reconhecer uma tripla interação entre as esferas da economia, da expansão político-territorial e, sobretudo, a da colaboração ativa. Na análise deste último elemento, usualmente descartado nas velhas teorias, estaria a chave de uma nova concepção de imperialismo.

Na explanação de Robinson, são as elites que ocupam, privilegiadamente, o campo da colaboração. Não é que todo grupo de elite no interior das sociedades colonizadas esteja destinado a colaborar, mas é fato que, geralmente, os que colaboram pertencem à elite, ou por proveniência – caso em que podemos reconhecer grupos mais ou menos homogêneos – ou pela simples razão de que são colaboradores – mesmo que indivíduos inicialmente dispersos pelo corpo social – obtêm ganhos e privilégios que os agrupam em uma nova elite. Seja como for, segundo tal análise, o motor da colaboração é mormente econômico – como ventila o senso comum de que a união faz a força, o esperto sabe que a colaboração gera o lucro (o parasita U Po Kyin é um perfeito exemplo).

Mas seria isso tudo? Talvez não. Quando Edward Said, no curso de seu estudo sobre imperialismo e cultura, evoca o texto de Robinson e assente no atacado com as conclusões dele, propõe uma capital correção no detalhe: às razões econômicas da colaboração, deve-se acrescentar uma motivação cultural.

Embora não diga, Robinson poderia acrescentar que muitas das classes e dos indivíduos que colaboraram com o imperialismo começaram tentando imitar o estilo europeu moderno, procurando se modernizar segundo o que era tido como progresso europeu. (Said, 1995, p. 325)

Visto isso, reatemos com o nosso fio. Não estaria nessa sugestão de Said uma possibilidade de compreender a figura do Dr. Veraswami e suas cômicas, quase incompreensíveis, atitudes? Talvez o personagem do doutor soe caricato ou ridículo apenas do ponto de vista do que Robinson chamou de “velhas teorias do imperialismo”, cujas lentes laminadas pela bipolaridade necessitam pôr de um lado os maldosos ingleses e de outro os nativos, ou coitados ou revoltados, quando muito parasitas venais e assumidos, mas nunca um médico, um leitor cultivado, a colaborar e servir *esclarecidamente*, isto é, pelo ardente desejo de imitar um estilo, participar de um progresso, elevar-se a uma cultura tomada à guisa de produção exclusiva de um povo superior; uma cultura que, por isso mesmo, a seus olhos, não pode ser objeto de apropriação (como é normal nas relações entre as culturas humanas), mas que deverá ser servida por meio da subserviência aos seus detentores.

Eis toda a complexidade do caso do Dr. Veraswami. Ele emblema no mais alto grau a mentira como elemento de dominação, a tornar possível que

tantos se deixem dominar por um número muito menor, quase diríamos – saudando de passagem La Boétie –, por um único, pelo nome de Um: o *pukka sahib*. Sem dúvida, todos que vivem no “reino do *pukka sahib*”, estão submetidos à mentira por razões variadas; o caso do doutor é só o mais vistoso porque nele a servidão chega ao limite do imaginável e do imaginário, ou daquilo que chamamos de *ideia*.

*

Fiquemos por aqui. Acreditamos que o exposto, mesmo sob o peso da forma esquemática, basta para justificar o interesse de uma leitura *política* de *Dias na Birmânia*, conectando o romance à prolongada meditação sobre o poder empreendida por George Orwell ao longo de sua obra, bem como aos objetivos gerais de seus escritos que mencionamos ao início, a saber, combater uma injustiça, denunciar a mentira e restabelecer a verdade. São muitos os elementos que ainda poderiam vir à baila, mas desejamos concluir por onde começamos, estendendo o liame entre o imperialismo tal como compreendido e apresentado em 1934 e o totalitarismo que, a partir do final dos anos 1930, envida todos os esforços literários e intelectuais de Orwell.

A certa altura do romance, sempre obcecado em barbarizar os nativos insolentes, exclama com admiração Ellis: “Os bons e velhos alemães! Esses, sim, sabiam como tratar os negros. Represálias! Chicotes de couro de rinoceronte!” (Orwell, 2018, p. 295). Mesmo sem pretender travestir Orwell de Nostradamus, a associação é demasiado significativa para simplesmente a desprezarmos; talvez estejamos perante um exemplo inequívoco daquela misteriosa intuição que os grandes artistas por vezes alcançam, figurando uma complexidade enorme e demonstrando assim a admirável capacidade cognitiva da sua arte. Em boa medida, a natureza do imperialismo, como apresentada em *Dias na Birmânia*, antecipa o totalitarismo; embora não sejam a mesma coisa, na essência de ambos está algo de comum, tal que algumas das maiores aberrações da história humana acabem encontrando matrizes profundas na normalidade da vida europeia de pelo menos entre a Conferência de Berlim e meados do século XX. É algo que Orwell chegou a perceber e pôr no papel enquanto preparava uma resenha de *Mein Kampf*: “Hitler é apenas o fantasma de nosso passado se erguendo contra nós”; e tal

fantasmagoria é associada ao colonialismo.³¹ Mais especificamente, queremos crer que Orwell pressentiu essa conexão secreta ao reconhecer que a destruição da verdade, por vias e em intensidades diversas, tanto no imperialismo quanto no totalitarismo, são igualmente capazes de inculcar nas mentes humanas uma servidão pela qual vale a pena lutar. É uma descoberta assombrosa, sem dúvida alguma.

Bibliografia

- Baneth-Nouailhetas, E.L. (1999) *Le roman anglo-indien, de Kipling à Paul Scott*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle.
- Conrad, J. (2008). *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gopinath, P. (2009) An orphaned manliness: the *pukka sahib* and the end of Empire in *A passage to India* and *Burmese Days*. *Studies in the Novel*, 41/2, 201-223.
- Kerr, D. (2022) *George Orwell and Empire*. Oxford: Oxford U.P.
- Kipling, R. (1899) *O fardo do homem branco*. Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/KIPLING%20O%20Fardo%20do%20Homem%20Branco.pdf Acesso em: 07 fev. 2024.
- Kipling, R. (2001). Quelques mots sur moi. In Kipling, R. *Œuvres*, IV. Paris: Gallimard.
- Orwell, G. (1968a [1936]) [On Kipling's death]. In Orwell, G. *An age like this, 1920-1940*. Nova York: Harcourt.
- Orwell, G. (1968b [1942]) Rudyard Kipling. In Orwell, G. *My country right of left, 1940-1943*. Nova York: Harcourt.
- Orwell, G. (2018 [1934]) *Dias na Birmânia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Orwell, G. (2020a [1936]) O abate de um elefante. In Orwell, G. *Dentro da Baleia*. São Paulo: Companhia das Letras, 60-69.
- Orwell, G. (2020b [1946]) Por que escrevo. In Orwell, G. *Dentro da Baleia*. São Paulo: Companhia das Letras, 21-31.
- Orwell, G. (2020c) *Sobre a verdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Orwell, G. (2021a [1949]) *1984*. São Paulo: Companhia das Letras.

³¹ "Hitler is only the ghost of our own past rising against us"; Orwell, Notes on the Way, 30 March and 6 April 1940, apud Kerr, 2022, p. 77.

- Orwell, G. (2021b) *Lutando na Espanha*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul.
- Robinson, R. (1972) Non-European foundations of European imperialism. In Owen, R. e Sutcliffe, B. (org.). *Studies in the theory of imperialism*. Londres: Longman, 117-142.
- Said, E. (1995) *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sinha, M. (2001) Britishness clubbability, and the colonial public sphere. *Journal of British Studies*, 40/4, 489-521.
- Vasconcelos, S.G.T. (2005) Um império sobre a areia. In Forster, E.M. *Uma passagem para a Índia*. São Paulo: Globo.
- VV.AA. (1885) *Ata geral redigida em Berlim...* Disponível em: https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf Acesso em: 07 fev. 2024.

